

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

TÍTULO: Voto Econômico e Competição Eleitoral
nos Estados Brasileiros

Trabalho preparado para apresentação no VI
Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência
Política da USP, de 2 a 6 de maio de 2016, na
categoria Iniciação Científica.

Gabriel Zanlorenssi

Orientadora: Lorena Guadalupe Barberia (DCP-USP)

São Paulo

2016

Resumo

Em 1982, a Lei 6.978, possibilitou a primeira eleição direta para governadores no Brasil, após quase duas décadas de indicações biônicas do governo militar. O sistema partidário-eleitoral brasileiro se reconfigurava ao final da ditadura e sofreria mudanças importantes como a introdução do segundo turno, em 1988, e a possibilidade de reeleição em 1997. Este trabalho pretende descrever o padrão de competição eleitoral dos brasileiros, à luz da literatura que envolve o tema, além de discutir os resultados na perspectiva da teoria econômica do voto e da Economia Política.

Palavras-chave: eleições, estados brasileiros, orçamento estadual.

Introdução: histórico das eleições e das instituições políticas

As eleições de 1982, embora ainda inserida no período autoritário, foram oportunidade importante de contestação política do regime militar, que se reverteu numa vitória na oposição (Lamounier, 1982; Abrucio, 1998). Até então, todos os governadores eram nomeados diretamente pelo Presidente da República. A Lei 6.978 previu, pela primeira vez, eleições diretas em mais de vinte anos, em 1982¹.

Neste pleito, por óbvio, todos os vinte e dois governadores incumbentes integravam o Partido Democrático Social (PDS), sucessor da ARENA e sustentáculo do regime. Embora o PDS tivesse mantido doze das vinte duas governadorias (54,5%), a oposição (PMDB e PDT) elegeu candidatos em estados ricos e populosos, notavelmente São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná. **Tabela 1.**

Em 1985, o então governador mineiro, Tancredo Neves, foi eleito, pelo Colégio Eleitoral, o primeiro presidente civil desde o início do regime militar. Tancredo, porém, faleceu antes de mesmo de sua posse e o egresso do regime, José Sarney, assumiu o

¹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L6978.htm

posto. Em 1986, apenas um candidato do PSD foi eleito², enquanto o PMDB elegeu 22 dos 23 governadores na ocasião. Na época, o governo Sarney disfrutava de alta popularidade, atingindo o índice de 71% de aprovação em março de 1986³, em partes pelo decreto-lei nº 2.283 (Plano Cruzado), que previa medidas como o congelamento de preços como forma de combater inflação. O fracasso do programa econômico considerado por críticos, como o economista Delfim Netto, como populista, e o agravamento da crise econômica comprometeram o capital político do PMDB nas eleições futuras. O partido recebeu apenas 4,74% dos votos na eleição presidencial em 1989 e elegeu apenas oito governadores no ano seguinte (29,6%), já sob o governo Collor.

Peltzman (1987), estudando as eleições para governadores nos Estados Unidos, alertava para a possibilidade de que os eleitores identificavam o governo federal como principal responsável por alterações em sua renda. Diz o autor, “they vote as if they understand that national rather than local policies have the dominant effect on their income”⁴. O modelo do autor pressupõe que o incumbente tem uma probabilidade de receber uma votação constante, acrescida de uma variável de performance econômica⁵.

A questão é que os eleitores americanos identificariam o presidente como responsável pela política econômica. Peltzman (1987) mostra, a partir da análise de duzentos e sessenta e nove eleições estaduais entre 1949-1984, que o partido do Presidente nas eleições de governador era penalizado (ou premiado, na situação contrária) no caso de um desempenho ruim na economia nacional. Seguindo o mesmo argumento, há uma possibilidade que a mesma situação ocorra no Brasil. Em um teste de correlação, encontramos com significância estatística, que a popularidade (cujos

² O eleito foi João Alves, em Sergipe, que era um ex-Arenista que tinha ingressado no PP de Tancredo e retornou ao PDS, devido às disputas políticas locais, após a incorporação do PP ao PMDB.

³ Fonte: IBOPE. Disponível em:

<http://noticias.uol.com.br/fernandorodrigues/arquivos/pesquisas/popularidade-jose-sarney.jhtm>

⁴ Tradução livre: “eles [os eleitores] votam conforme eles entendem que as políticas nacionais, mais do que as locais, tem o efeito dominante sobre suas rendas”.

⁵ $IPS_t = K + f(EW_t)$; $EW_t = (1-w)EP_t + w.EW_{t-1}$, onde $0 < w < 1$ e onde IPS é a votação do partido incumbente, K a votação base do incumbente e $f(EW_t)$ a função que mede o Bem-Estar econômico

valores guardam relação com a avaliação da economia) do presidente influencia a votação do candidato cuja coligação contém o partido presidencial. Ou seja, ao aceitar o apoio do partido presidencial, o governador pode ter sua imagem associada ao presidente, trazendo benefícios caso este seja bem avaliado.

Retomando a discussão histórica, em 1990, também abriu espaço para um pluralismo partidário no comando das unidades federativas, com nove partidos distintos elegendo governadores (PMDB, PFL, PTB, PDS, PDT, PRS e PSC). A adoção do sistema de dois turnos, a impopularidade do governo Sarney (a qual a imagem dos dois maiores partidos, PMDB e PFL, era muito associada) e as facilidades para a criação de novas legendas podem ser a explicação para um aumento do pluralismo.

Já em 1998, foi o primeiro ano eleitoral após a aprovação da Emenda Constitucional 16, a qual possibilitou a reeleição nos cargos executivos⁶. Quatorze dos vinte sete governadores se reelegeram naquele ano. Os próprios governadores incumbentes, quando disputam uma eleição, podem ter uma vantagem em relação aos candidatos apoiados por ele.

Outras hipóteses alternativas podem estar relacionadas com sistema político (estabilização da competição partidária após choques como o fracasso do governo Sarney, do PMDB, e o impeachment do Collor em 1993) ou com o sistema econômico, o que parece contraditório, em virtude da aprovação do Programa de Reestruturação Fiscal (PRF) e da Lei Responsabilidade Fiscal (LRF), que reduziram o grau de manobra dos governadores (MORA, 2003).

Nos anos seguintes, a competição política, como sustentarei mais a frente, parece se estabilizar, assim como, em plano nacional, a disputa assumia uma forma bipartidária, entre PT e PSDB, como sustenta Limongi⁷ e podemos perceber na **Tabela 2**.

Mensurando variáveis políticas

⁶ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc16.htm

⁷ Folha de São Paulo: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po2103201126.htm>.

O primeiro passo para a mensuração das variáveis foi a construção de um banco de dados com as informações das eleições para governadores. A série temporal escolhida se refere a todas as eleições para governadores realizadas no atual período democrático brasileiro (1986, 1990, 1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014), além da eleição de 1982, primeira eleição direta após o golpe de 1964. Para padronizar a comparação entre os estados, as médias de todas as variáveis apresentadas só consideram o período entre 1990 e 2014, no qual há registros para todas as 27 unidades federativas brasileiras. Os demais procedimentos e a metodologia de tratamento dos dados estão disponíveis no apêndice, ao final do texto.

Para analisar os padrões de competição nos estados brasileiros, criei quatro variáveis, a partir dos bancos de dados. São elas: (a) taxa de alternância, (b) número efetivo de candidatos, (c) inverso da razão entre a votação do primeiro e do segundo colocado no primeiro turno e (d) volatilidade do incumbente.

a) Taxa de alternância

Como critério objetivo, foi considerado como manutenção do poder quando o partido do governador incumbente, em primeiro de Janeiro do ano eleitoral, estava na coligação vencedora daquele pleito. Com isso, contemplam-se os três tipos possíveis de continuísmo, que podemos organizar numa escala ordinal: (1) reeleição do próprio governador, (2) o próprio partido do governador continuou no poder e (3) o partido do governador não continuou diretamente no poder, mas estava na coalizão vencedora. A taxa de alternância é a razão entre o número de vezes em que não ocorreu a manutenção do poder, sobre o total de eleições⁸.

Ao analisar as **Tabelas 3** o **Gráfico 1**, vemos que a taxa de alternância tende, entre 1998 e 2014, a um padrão estável (desvio padrão de 5,5%, comparado a 8,5% no período anterior) e a permanecer abaixo de 50%. Isso aparenta maior estabilidade (menos variação e menos alternância) na competição política e corrobora com a ideia de que a reeleição trouxe benefícios aos incumbentes, como vemos no **Gráfico 2**.

⁸ Taxa de Alternância = $(1 - n \text{ de manutenções})/n \text{ de eleições}$. Para valores percentuais, multiplicar o resultado por 100.

Quando analisamos os resultados por unidade federativa (**Tabela 4**), apenas período comparável entre todos os estados (1990-2014), destacam-se dois casos extremos. O Rio Grande do Sul, onde nenhum governador foi reeleito ou conseguiu eleger seu sucessor, e o Amazonas, onde o mesmo grupo político manteve-se no poder em quase toda a série temporal.

b) Inverso da razão entre votações

Como uma medida de competitividade, foi escolhida a razão entre a votação do primeiro colocado sobre a votação do segundo, no primeiro turno do eleitoral. Razões próximas de um indicam que a eleição é altamente competitiva, pois as margens de votação entre os candidatos são muito baixas.

Uma melhor forma de mensurar a competitividade é calculando o inverso da razão entre a votação do primeiro e do segundo colocado. Há duas vantagens nesse procedimento, a primeira é a possibilidade de criar um índice de competitividade onde uma eleição totalmente competitiva ideal terá o índice 1 (primeiro e segundo colocado tiveram a mesma votação) e o limite inferior aberto em 0 (situação hipotética um candidato teve 100% dos votos)⁹. No Brasil, como vemos na **Tabela 5**, a competição eleitoral variou muito de estado para estado.

c) Número efetivo de candidatos

Laakso e Tangaperä, em um artigo de 1979, propõem uma medida para calcular o número efetivo de partidos presente no parlamento. A medida pondera o peso das bancadas dentro do legislativo e possibilita medir, efetivamente, a pluralidade.

$$NEP = 1 / \sum_{i=1}^n P_i^2$$

⁹ Índice da razão $1^{\circ}/2^{\circ} = 1 / \left(\frac{v_1}{v_2} \right)$, onde v_1 é a votação do primeiro, v_2 a votação do segundo, e onde $0 < \text{índice} \leq 1$.

Em uma adaptação, o modelo foi repensado para medir o número efetivos de candidatos nas eleições subnacionais. A nova fórmula é o somatório dos *p quadrados* (percentual da votação ao quadrado) de todos os candidatos relevantes, com o critério de obterem mais de 5% dos votos.

Os resultados (**Tabela 6**) mostram que no Brasil, a média entre 1990 e 2014 é de 2,57 candidatos efetivos nas eleições subnacionais, o que demonstra que o padrão de disputa nos estados brasileiros não é, em geral, bipartidário. Porém, a distribuição nos estados é heterogênea, variando de uma média de 2,14 no Tocantins e no Piauí¹⁰ até 3,6 em Roraima, notadamente um estado onde a disputa eleitoral é pluripartidária.

Ao analisar os dados dos números efetivos de partidos nos estados brasileiros, percebemos que a série temporal em muitos estados tem tendências bipartidárias. O desvio padrão pode estar interferindo na análise desses resultados, mas estados como o Tocantins, a disputa desde 1994 é fortemente bipartidária. Isso levanta questionamentos às tendências multipartidárias apontadas em Duverger (1972), que dizem que os sistemas de dois turnos tenderiam ao multipartidarismo. Por que, com o mesmo sistema eleitoral, os estados brasileiros têm distribuições tão heterogêneas? Isso influenciaria os modelos do voto econômico? Essas são perguntas a serem desenvolvidas, assim como a relação do número efetivo de candidatos com a fragmentação partidária que ocorreu no Brasil a partir de 1990 (ao longo do tempo, a média por ano sobe a partir da instauração do segundo turno, mas não parece guardar relação direta com a pluralização na Câmara dos Deputados).

d) Volatilidade da votação do incumbente

Pedersen (1979), dentro do debate do voto sociológico europeu e da mudança das preferências dos eleitores, propôs um índice de volatilidade para mensurar a mudança total dos votos. A ideia aqui não é mensurar a volatilidade do total do sistema partidário, da qual há extensos trabalhos, nem de um partido específico, mas apenas a volatilidade

¹⁰ O Tocantins o exemplo de um bipartidarismo quase estrito, onde o número é próximo de 2 e apenas em 1990 haviam mais de dois candidatos expressivos competindo.

líquida do incumbente. No caso, queremos verificar a estabilização do sistema partidário brasileiro a qual vários trabalhos reportam, segundo Bohn e Paiva (2006).

Os resultados encontrados (**Gráfico 3**), no Brasil como um todo, embora sejam diferentes, até mesmo pela escala de mensuração se assemelham aos que Bohn e Paiva (2006), corroborando para a ideia de estabilização do sistema. Futuramente, um desenvolvimento mais aprofundado, consiste em olhar essa mesma variável em cada unidade federativa, como também testar as hipóteses sobre volatilidade que Peres, Ricci e Rennó (2011) apontam.

Construindo um quadro comparativo entre os estados

A partir dos dados obtidos na mensuração das variáveis é possível construir um quadro comparativo entre os estados brasileiros sob dois aspectos que quero enfatizar, que é a competição partidária (medida pelo inverso da razão entre as votações) e alternância política (taxa de alternância). Vemos que há uma distribuição heterogênea entre os estados (**Gráfico 4**), sobre o qual se pode traçar características do sistema político nessas unidades federativas, conforme é exposto no quadro abaixo:

Quadrante	Característica	Estados
I.	Competitivos com alternância	Amapá, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Paraná, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia e Tocantins.
II.	Competitivos sem alternância	Acre, Goiás, Sergipe, Rondônia, Paraíba e Mato Grosso.
III.	Pouco competitivos sem alternância	Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Rio de Janeiro e São Paulo.
IV.	Pouco competitivos com alternância	Alagoas, Minas Gerais, Pernambuco e Santa Catarina.

Considerações finais: ciclos eleitorais e competição política

O trabalho trouxe análises descritivas das variáveis construídas a partir do banco de dados, à luz do histórico das instituições políticas brasileiras. A partir do que foi apresentado é necessário avançar na discussão do Voto Econômico nas análises futuras. A literatura da área, na ótica das escolhas racionais, aponta que os governadores, visando maior benefício eleitoral, se engajariam em ciclos eleitorais no orçamento. Podemos esperar, por exemplo, um aumento de gastos discricionários no ano eleitoral, o uso de mecanismos ineficientes, em termos de custos produtos, ou ainda medidas que comprometam orçamento em longo prazo.

Minhas hipóteses teóricas, que pretendo verificar empiricamente são as seguintes:

Hipótese 1: governadores de estados onde as eleições são mais competitivas tenderiam a fazer um uso mais intenso dos ciclos eleitorais no orçamento público uma vez que a disputa é mais acirrada e cada voto importa.

Hipótese 2: governadores de estados onde há mais alternância do poder tenderiam a comprometer mais o orçamento do estado a longo prazo, tendo em vista a possibilidade de um opositor assumir o cargo no futuro.

O problema é que, como nos aponta Mora (2003), desde as reformas do estado durante o governo FHC, a margem de manobra no que se refere à liberdade dos governadores para contrair dívidas ou comprometem seu orçamento diminuiu. Barberia e Avelino (2016) apontam essa tendência e sugerem que os governadores só conseguem se engajar em ciclos eleitorais em determinadas circunstâncias. Os autores apontam para os rastros em nível microeconômico. Uma das próximas tarefas deste trabalho será analisar justamente os contratos das dívidas dos governos estaduais, verificando possíveis usos políticos desse instrumento.

Referências bibliográficas

ABRUCIO, Fernando (1998). Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira. Hucitec.

BARBERIA, L., AVELINO, G. (2016); Discretionary Fiscal Policy and Elections in the Brazilian States.

BOHN, Simone; PAIVA, Denise (2009). Avolatilidade eleitoral nos estados sistema partidário e democracia no Brasil. Revista de Sociologia e Política.

DUVERGER, Maurice (1972), "Factors in a Two-Party and Multiparty System," in Party Politics and Pressure Groups. pp. 23-32.

MONICA, Mora (2002). Federalismo e Dívida Estadual no Brasil.

LAAKSO & TANGAPERÄ (1979), "Effective" Number of Parties: A Measure with Application to West Europe Comparative Political Studies April 1979 12: 3-27.

LAMOUNIER, Bolívar (1987); Perspectivas da consolidação democrática: o caso brasileiro. Revista Brasileira de Ciências Sociais.

PEDERSEN, Mogens (1979). 'The Dynamics of European Party Systems: Changing Patterns of Electoral Volatility', European Journal of Political Research, 1-26. Reprinted with permission of Kluwer Academic Publishers.

PELTZMAN, Sam (1987). The American Economic Review, Vol. 77, No. 2, Papers and Proceedings of the Economic Conditions and Gubernatorial Elections. Ninety-Ninth Annual Meeting of the American Economic Association. pp. 293-297.

PERES, P.; RICCI, P.; RENNÓ, L (2011); "A variação da volatilidade eleitoral no Brasil: Um teste das explicações políticas, econômicas e sociais". Latin American Research Review 46 (3), 46-68.

SAMUEL, D.; ABRUCIO, F. (1996); Federalism and democratic transitions: the "new" politics of the governors in Brazil. Publius: the journal of federalism 30 (2), 43-62

SARTORI, Giovanni (1982). Partidos e Sistemas Partidários. Rio de Janeiro/Brasília: Zahar. Editores/ Editora UnB.

Nota metodológica

O banco de dados, seu livro de códigos e sua tabela auxiliar estão disponíveis para consulta, a partir do link: <https://goo.gl/ldAi05>

Apêndice:

Tabela 1. Governadores da oposição eleitos em 1982

Estado	Governador eleito	Partido
Acre	Nabor Teles	PMDB
Amazonas	Gilberto Mestrinho	PMDB
Espírito Santo	Gerson Camata	PMDB
Goiás	Iris Rezende	PMDB
Minas Gerais	Tancredo Neves	PMDB
M.Grosso do Sul	Wilson Barbosa Martins	PMDB
Pará	Jáder Barbalho	PMDB
Paraná	José Richa	PMDB
Rio de Janeiro	Leonel Brizola	PDT
São Paulo	André Franco Montoro	PMDB

Tabela 4 (página seguinte): alternância/manutenção por UF.

UF	Alternância	Manutenção	(1)	(2)	(3)	Total	Tx.Alt.	Tx.Mn.
RS	7	0	0	0	0	7	1	0
AP	5	2	2	0	0	7	0,71	0,29
DF	5	2	2	0	0	7	0,71	0,29
MS	5	2	2	0	0	7	0,71	0,29
RN	5	2	2	0	0	7	0,71	0,29
RO	5	2	2	0	0	7	0,71	0,29
MG	4	3	1	1	1	7	0,57	0,57
PE	4	3	2	1	0	7	0,57	0,43
PI	4	3	2	0	1	7	0,57	0,43
PR	4	3	3	0	0	7	0,57	0,43
SC	4	3	2	0	1	7	0,57	0,43
TO	4	3	2	1	0	7	0,57	0,43
AL	3	4	2	0	2	7	0,43	0,57
MA	3	4	2	2	0	7	0,43	0,57
MT	3	4	2	1	1	7	0,43	0,57
PA	3	4	2	2	0	7	0,43	0,57
RJ	3	4	1	3	0	7	0,43	0,57
AC	2	5	2	3	0	7	0,29	0,71
BA	2	5	1	4	0	7	0,29	0,71
CE	2	5	2	2	1	7	0,29	0,71
ES	2	5	1	1	3	7	0,29	0,71
GO	2	5	2	2	1	7	0,29	0,71
PB	2	5	3	2	0	7	0,29	0,71
RR	2	5	3	1	1	7	0,29	0,71
SE	2	5	3	0	2	7	0,29	0,71
SP	1	6	3	3	0	7	0,14	0,86
AM	0	7	2	0	5	7	0	0,86
Total	92	97	53	29	15	189	0,49	0,51

Tabela 5: índice da razão de votação do primeiro e do segundo colocado.

uf	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010	2014	Média 90-14	desvio
PA	0,92	0,26	0,89	0,97	0,82	0,84	0,86	0,74	0,97	0,87	0,08
PB	0,70	0,61	0,93	0,93	0,20	0,85	0,98	0,99	0,97	0,84	0,28
RO		0,45	0,91	0,92	0,97	0,68	0,48	0,84	0,99	0,83	0,18
RN	0,73	0,97	0,82	0,73	0,82	0,82	0,98	0,69	0,89	0,82	0,10
PR	0,66	0,34	0,95	0,70	0,88	0,83	0,90	0,87	0,50	0,81	0,16
RR			0,82	0,70	0,84	0,99	0,49	0,95	0,91	0,81	0,17
RS	0,98	0,57	0,92	0,71	0,99	0,91	0,83	0,46	0,81	0,80	0,18
SE	0,30	0,82	0,34	1,00	0,96	0,65	0,86	0,87	0,77	0,78	0,22
TO			0,76	0,62	0,54	0,56	0,91	0,98	0,87	0,75	0,18
MS	0,92	0,59	0,52	0,62	0,85	0,88	0,62	0,76	0,91	0,74	0,15
AP			0,73	0,59	0,76	0,69	0,70	0,99	0,65	0,73	0,13
PI	0,69	0,97	0,88	0,83	0,93	0,86	0,41	0,65	0,53	0,73	0,20
GO	0,49	0,60	0,60	0,60	0,97	0,64	0,85	0,79	0,62	0,72	0,15
DF			0,37	0,94	0,92	0,95	0,48	0,65	0,62	0,70	0,24
AC	0,93	0,59	0,99	0,58	0,46	0,53	0,66	0,97	0,61	0,69	0,21
AM	0,82	0,77	0,61	0,48	0,93	0,40	0,79	0,41	1,00	0,66	0,25
MA	0,27	0,20	0,77	0,65	0,40	0,83	0,73	0,59	0,53	0,64	0,15
SP	0,22	0,66	0,65	0,47	0,71	0,85	0,55	0,70	0,38	0,61	0,16
SC	0,98	0,62	0,60	0,74	0,39	0,75	0,67	0,47	0,58	0,60	0,13
AL	0,80	0,82	0,52	0,13	0,67	0,76	0,55	0,74	0,65	0,57	0,22
MG	0,91	0,90	0,44	0,56	0,86	0,53	0,29	0,54	0,79	0,57	0,20
PE	0,89	0,64	0,88	0,60	0,41	0,56	0,86	0,17	0,46	0,56	0,25
BA	0,64	0,46	0,63	0,51	0,22	0,72	0,81	0,25	0,69	0,55	0,23
CE	0,42	0,57	0,68	0,68	0,35	0,24	0,54	0,32	0,97	0,54	0,26
RJ	0,89	0,73	0,29	0,82	0,73	0,48	0,57	0,31	0,50	0,53	0,20
MT	0,93	0,45	0,21	0,35	0,70	0,58	0,30	0,62	0,57	0,48	0,19
ES	0,63	0,63	0,82	0,28	0,22	0,77	0,28	0,19	0,74	0,47	0,29
MÉDIA	0,59	0,53	0,59	0,54	0,54	0,65	0,58	0,51	0,67	0,68	0,06

Tabela 6: número efetivo de candidatos nos estados brasileiros.

UF	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010	2014	MÉDIA 90-14	DESVIO PADR
RR			3,14	2,93	5,03	2,91	3,51	5,07	2,64	3,60	1,0
SE	2,97	3,46	3,26	3,29	4,20	3,34	2,28	2,59	2,45	3,06	0,7
RJ	3,71	2,62	2,34	3,78	2,76	2,85	3,68	2,03	3,81	3,04	0,7
RO		2,95	3,05	3,41	2,68	2,33	3,05	3,81	2,56	2,98	0,5
AM	3,33	2,76	2,87	3,68	2,31	3,79	3,52	2,08	2,12	2,91	0,8
PA	2,07	2,13	2,73	3,13	2,78	3,63	2,83	2,62	2,14	2,84	0,5
DF			2,64	2,97	2,72	2,76	2,80	2,80	3,07	2,82	0,1
PE	1,99	1,79	3,36	2,22	2,07	4,37	2,88	2,07	2,45	2,77	0,8
SC	2,03	2,73	2,78	2,88	2,35	3,08	2,72	2,58	2,65	2,72	0,2
GO	1,82	2,22	2,28	3,26	2,19	2,55	2,45	2,67	3,09	2,64	0,4
AC	2,44	1,96	4,03	2,82	2,36	1,93	2,40	2,01	2,66	2,60	0,7
MT	2,09	2,47	4,17	3,04	2,71	2,31	1,56	1,96	2,18	2,56	0,9
RS	2,74	3,41	2,99	3,08	2,51	2,09	2,06	2,31	2,88	2,56	0,4
RN	1,97	2,05	2,51	2,32	2,34	3,46	2,07	2,39	2,45	2,50	0,4
MA	1,58	1,46	2,70	2,79	1,96	2,25	2,76	2,66	1,93	2,44	0,4
PR	1,97	2,10	2,25	2,74	2,68	2,19	2,18	2,84	1,96	2,41	0,3
MS	2,08	1,97	2,18	2,44	3,02	2,40	1,92	2,02	2,75	2,39	0,4
BA	1,94	1,84	2,69	2,99	1,89	2,28	2,15	2,18	2,26	2,35	0,4
AP			2,18	2,06	2,05	2,74	2,38	2,07	2,61	2,30	0,3
SP	1,58	2,12	1,65	2,21	2,93	2,97	2,09	2,10	2,18	2,30	0,5
CE	1,73	1,99	2,28	2,23	2,17	2,87	1,98	2,27	2,24	2,29	0,3
AL	1,98	2,14	2,03	1,54	2,01	2,25	2,42	3,08	2,53	2,26	0,5
ES	1,96	2,32	2,89	3,07	2,37	2,15	1,55	1,42	2,25	2,24	0,6
MG	2,02	1,92	2,06	1,74	2,27	2,64	2,08	2,56	2,26	2,23	0,3
PB	1,96	1,94	2,74	2,44	1,48	2,51	2,06	2,04	2,27	2,22	0,4
PI	2,02	1,91	2,17	2,47	2,06	2,07	3,01	1,42	1,79	2,14	0,5
TO			2,55	2,08	2,03	2,07	2,06	2,00	2,15	2,14	0,2
MÉDIA	2,18	2,27	2,69	2,73	2,52	2,70	2,46	2,43	2,46	2,57	0,49

Gráfico 1: alternância/manutenção x ano

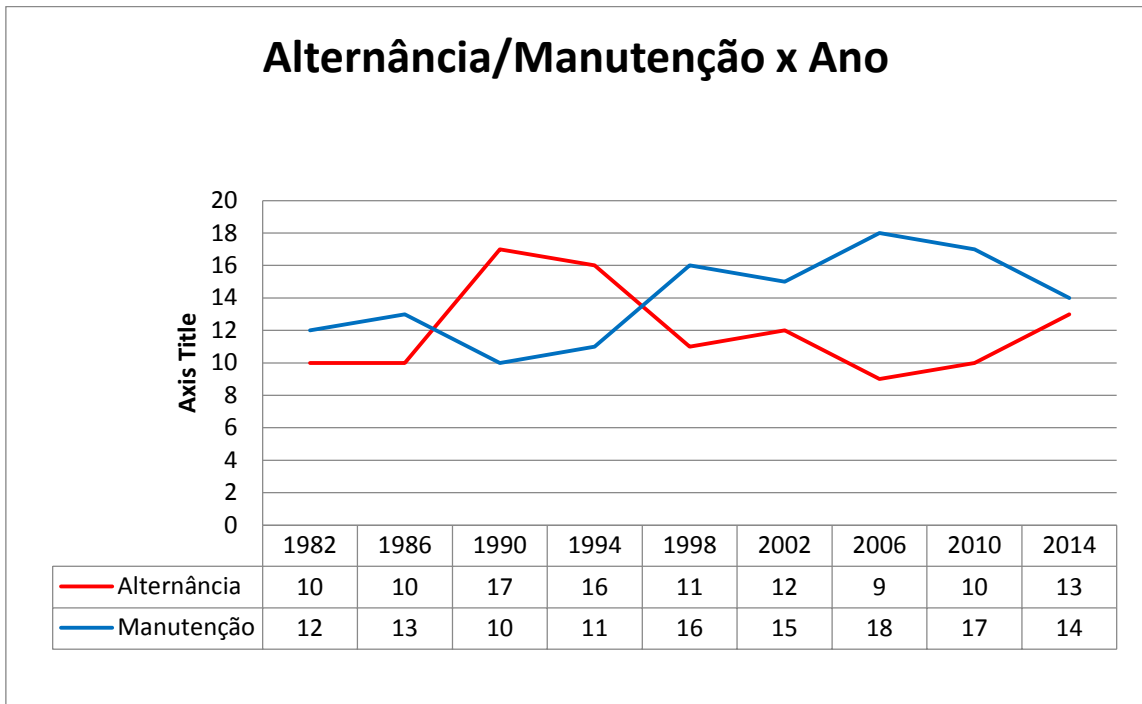


Gráfico 2: tipos de manutenção por ano.

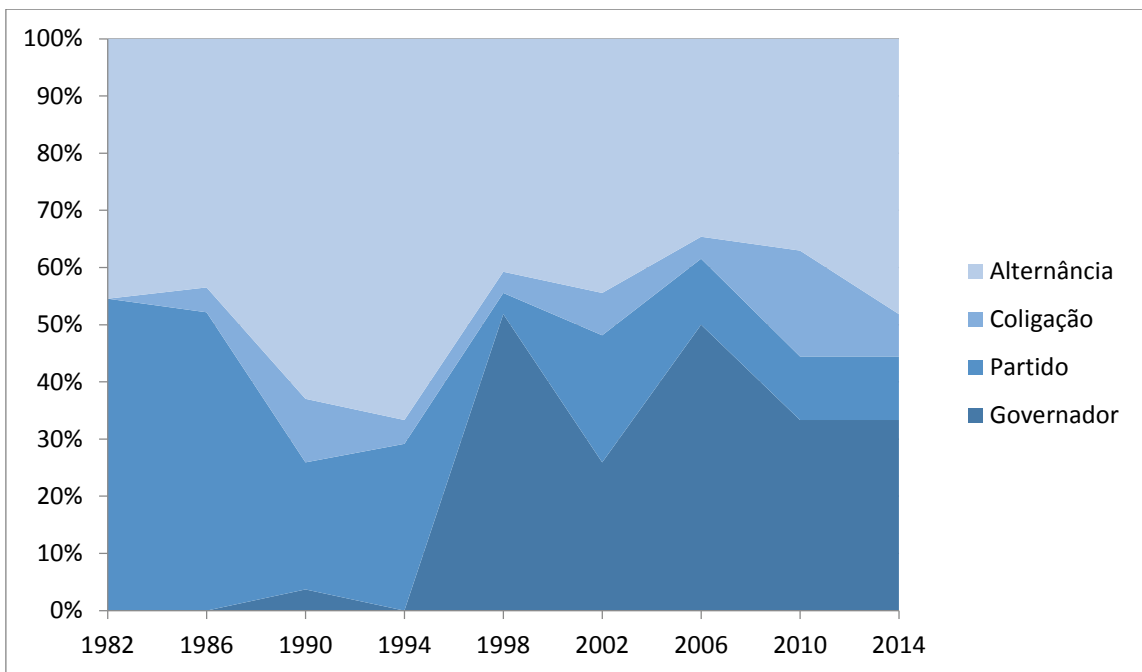


Gráfico 3. Volatilidade do incumbente comparada com a volatilidade apontada total.

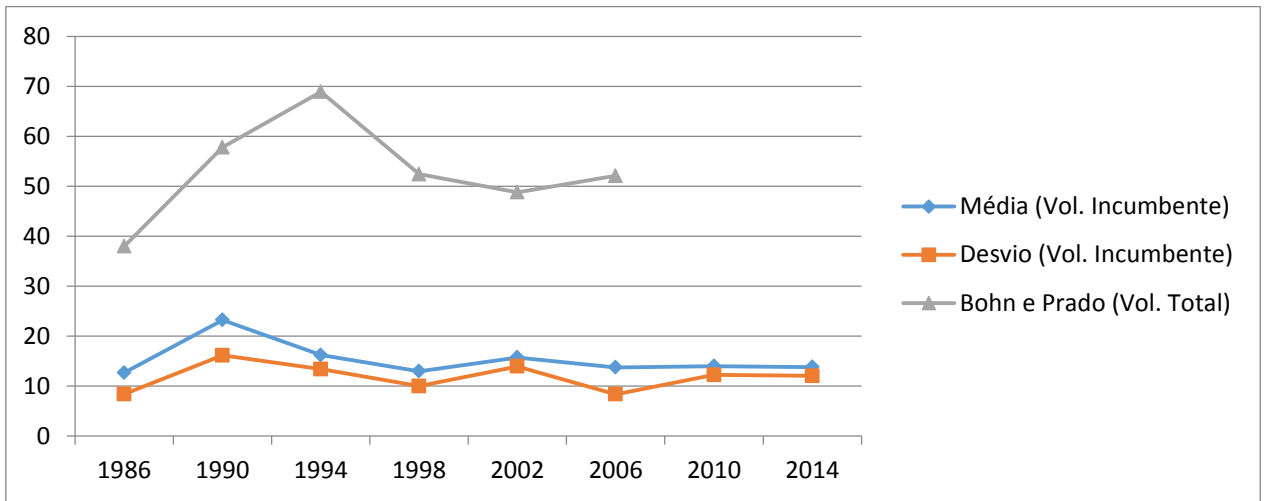


Gráfico 4: distribuição dos estados por (y) índice da razão do primeiro para o segundo colocado e (x) taxa de alternância. Eixos se cruzam na média.

